

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

QUEREM OLIVEIRA PEREIRA

**GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO NO MUNICÍPIO DE CACOAL - RO**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo Científico**

**Cacoal - RO
2014**

QUEREM OLIVEIRA PEREIRA

**GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO NO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO**

Artigo – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Ciências Contábeis, sob orientação da Prof^{ra} Ms. Ellen Cristina de Matos.

**Cacoal - RO
2014**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo – Trabalho de Conclusão de Curso intitulado, “Gestão das Políticas Públicas na Educação: Um estudo exploratório no Município de Cacoal-RO” elaborado pela acadêmica Queren Oliveira Pereira, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

Prof^a Ms. Ellen Cristina de Matos
Presidente

Prof^a. Dr^a. Maria Bernadete Junkes
Membro

Prof^a Dr^a Nilza Duarte Aleixo de Oliveira
Membro

Média

Cacoal - RO
2014

GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NO MUNICÍPIO DE CACOAL - RO

Querem Oliveira Pereira¹

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo geral analisar as políticas adotadas pela gestão pública do Município de Cacoal – RO, que visam a aplicabilidade dos recursos voltados para a Educação, conforme consta no PPA do quadriênio 2010-2013. Para alcançar o objetivo geral foram adotados três objetivos específicos. Primeiro: identificar no PPA (2010-2013) as políticas públicas voltadas para a Educação; segundo: identificar as ações adotadas para implementação dos recursos voltados para a Educação e terceiro: analisar se os recursos voltados para a Educação estão sendo aplicados conforme o PPA e a legislação vigente. Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como exploratória e descritiva e desenvolvida com abordagem qualitativa, com o método dedutivo. Os dados da análise foram organizados conforme os programas e respectivas ações. Foi utilizada análise documental no PPA do quadriênio 2010-2013, LDO, LOA, Relatórios trimestrais de 2010, 2011, 2012 e 2013. O PPA do Município de Cacoal-RO contém 05 (cinco) programas e 22 (vinte e duas) ações com os planos para o quadriênio de 2010-2013 voltados para a Educação. Observou-se que os recursos voltados para a Educação não foram aplicados em conformidade com o PPA. Disponibilizou-se para a execução das ações dos programas um orçamento acima do previsto. Assim, constatou-se que na elaboração das metas do PPA não está sendo considerada, pelos gestores públicos, a totalidade dos recursos que o Município disponibiliza para cumprilas. E mesmo com as destinações acima do previsto no PPA para atender as metas estabelecidas, observou-se que o município não a atingiu totalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão das Políticas Públicas; Políticas Públicas; Políticas Educacionais.

1 INTRODUÇÃO

Políticas públicas no plano governamental são instrumentos que determinam meios de viabilizar os desafios da sociedade moderna decorrente da aceleração dos avanços tecnológicos, globalização do capital e transformações nas relações de trabalho, o que implica impor mudanças necessárias para o bem social, proporcionando condições para a melhoria da qualidade de vida e diminuição das desigualdades sociais sem restringir o crescimento econômico (RAULI, 2007).

Visando o desenvolvimento da pessoa, assim como seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, a Constituição Federal de 1988, declara a Educação como um direito social (BRASIL, 1988). Para tanto, constitui a base da organização educacional do Brasil firmando direitos e deveres, delimitando competências e atribuições e regulando o financiamento ao definir princípios como: pluralismo, liberdade e gestão democrática (BRASIL, 2006).

¹ Concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles com Trabalho de Conclusão de Curso elaborado sob a orientação da Professora Ms. Ellen Cristina de Matos.

Com base na Constituição Federal de 1988, os agentes públicos e órgãos da sociedade civil, passaram a ter um espaço legal para elaboração de políticas públicas envolvendo todos os níveis das dimensões: econômica, social e ambiental (BRASIL, 1988).

De acordo com Rauli (2007), para estabelecer um ponto de convergência entre as práticas impostas pelos modelos atuais de gestão dos recursos públicos e as necessidades da sociedade, em especial aos menos favorecidos, transpassa o próprio procedimento utilizado na formulação e condução das políticas públicas.

Considerando esse contexto, o presente trabalho definiu como questão de pesquisa verificar como estão sendo aplicados os recursos voltados para a Educação no município de Cacoal-RO.

A partir da problemática apresentada, constituiu-se o objetivo geral do presente estudo, analisar as políticas públicas adotadas pelo município de Cacoal-RO, que visam à aplicabilidade dos recursos voltados para a Educação, conforme consta no PPA do quadriênio 2010-2013.

Para alcançar com êxito o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar no PPA as políticas públicas voltadas para a Educação no período de 2010 a 2013; identificar quais são as ações adotadas para a implementação dos recursos voltados à Educação; e analisar se os recursos voltados para a Educação estão sendo aplicados conforme o PPA e a legislação vigente.

A pesquisa se justifica por tratar de um tema de fundamental importância para a sociedade, pois a Educação relaciona-se diretamente com o desenvolvimento do ser humano, sendo um meio pelo qual as pessoas são inseridas na sociedade efetivamente enquanto cidadãos.

Considera-se um tema relevante para gestão pública do Município e para os gestores públicos, que poderão ampliar seus conhecimentos desde a elaboração até a execução das políticas públicas adotadas pelo Município de Cacoal, aprimorando-as versando torná-las mais efetivas, para alcançar consecutivamente os resultados esperados.

A relevância deste estudo para a ciência reside na contribuição de informações que poderão ser utilizados por novos pesquisadores para consultas, estudos e subsídios de esforços a serem feitos em prol de uma Educação de qualidade, socialmente referenciada, como direito fundamental e universal para todos.

Para a realização desse estudo realizaram-se análises documentais no Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2010-2013, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2010 a 2013, na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010 a 2013, e nos Relatórios Quadrimestrais de 2010 a

2013. Também foram realizadas entrevistas com os secretários de Planejamento para esclarecer dúvidas suscitadas na realização da análise documental.

Este estudo foi dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. A segunda seção compreende o Referencial Teórico, abordando sobre: a Educação no Brasil; Políticas Públicas; Políticas Públicas Educacionais e Políticas Públicas Educacionais no Município de Cacoal. A terceira seção descreve a metodologia utilizada.

Já a quarta seção estabelece uma análise dos resultados obtidos com base no Plano Plurianual - PPA do quadriênio 2010 – 2013, destacando os investimentos realizados nos programas e ações implementados, identificando a coerência entre o planejado e o executado. Por fim, foram apresentadas as considerações finais acerca dos resultados obtidos por meio das políticas públicas de desenvolvimento implementadas na educação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção apresenta-se uma abordagem sobre a Educação no Brasil, Políticas Públicas, Políticas Públicas Educacionais e Políticas Públicas Educacionais no Município de Cacoal-RO.

2.1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL

No início do século XVI, com a vinda dos portugueses para o Brasil, a Educação foi, num primeiro momento, destinada aos povos indígenas como forma de catequizá-los, seguida de uma ação de elites. Desse modo foram criados os primeiros indicadores de contradições e conflitos no ensino do país (FELDMANN; ALVES, 2005).

Naquele período a falta de recursos deixou ao abandono o ensino de primeiro e segundo graus, com pouquíssimas escolas e entregue à iniciativa privada (MASCARELLO, 2006). Ainda segundo a mesma autora, a educação do povo, além de elemento fundamental na formação para a cidadania, tinha por foco criar uma unidade nacional.

Bello (2001) afirma que quando os jesuítas foram expulsos, eles tinham 17 (dezessete) colégios e seminários, com isso a Educação brasileira vivenciou uma grande ruptura histórica num processo já implantado e consolidado como modelo educacional.

Com a constituição de 1824, a Educação elementar foi estabelecida a todos, dando início ao ensino público e gratuito, que apontava para a possibilidade de democratização da Educação, no entanto não obteve resultado concreto (FELDMANN; ALVES, 2005).

Segundo Cunha (2007), o regime militar (1964-1985) favoreceu a iniciativa privada na Educação, porque os agentes e colaboradores do golpe de Estado de 1964, fizeram parte ou tinham afinidades político-ideológicas com os grupos que defenderam o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), de origem privatista, que deu início à Lei n° 4.024, de dezembro de 1961.

Com a Constituição Federal de 1988, a Educação é estabelecida como um direito de todos, considerando a sua universalidade, pois, trata-se de direitos que devem ser prestados sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

No entanto, considerando a história social, política e educacional brasileira é possível afirmar que a existência de uma política de Educação voltada para o povo em sua totalidade ainda está em processo de efetivação, pois é essencial a escolarização de toda a população para que tanto o direito à educação como a cidadania deixem de ser discurso e se tornem fato concreto (FLACH, 2011).

No caso específico do direito à Educação, é preciso fazer planos e destinar recursos financeiros à criação de condições de acesso e permanência no ensino, além de ampliar as possibilidades existentes (DUARTE, 2007).

Os recursos financeiros a serem aplicados na área da Educação resultam principalmente de receitas tributárias, obtidas com a arrecadação de impostos de competência do ente federativo, no caso, do Município, convertidos em receitas e das transferências constitucionais (BRASIL, 2014). No Brasil, os impostos constituem a principal fonte de financiamento da receita pública para o ensino (FRANÇA, 2004).

A Constituição Federal estabelece que a União deverá aplicar no mínimo 18% na Educação. Já os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, acima de 25% da receita obtida da arrecadação de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir dos anos de 1990, ocorreu a consolidação de um processo de reforma do Estado, centrado na minimização de seu papel, no tocante às políticas públicas, ou seja, houve a descentralização e municipalização das políticas públicas, consistindo numa maior atribuição das competências e recursos à disposição dos municípios (SANTOS JR, 2000).

O autor explica que o principal argumento para essa atribuição é a proximidade entre o governo e os cidadãos, que torna possível estabelecer uma relação direta e imediata da organização representativa com o território e a população.

A Constituição Federal de 1988, ampliou as atribuições dos municípios na elaboração e execução das políticas públicas, bem como a participação dos mesmos na partilha dos recursos da União, e em contrapartida lançou a diretriz que visa garantir a participação da sociedade na elaboração e implementação das políticas públicas (CASTRO, 2009).

Garces e Silveira (2002) afirmam que na medida em que ocorre a descentralização das ações políticas para estados e municípios, evidencia-se a falta de sistema e métodos adequados para a obtenção e consolidação de informações sobre os resultados e o desempenho físico dos programas, ocasionando dificuldades para realização das ações propostas e o acompanhamento do alcance das metas estabelecidas.

Souza (2003) argumenta que os aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas ignoram a própria essência da política pública, isto é, promove um embate em torno de ideias e interesses e que por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos.

Resumidamente, Azevedo (2003) define políticas públicas como tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões. Já Oliveira (2010), afirma que a afirmação dada por Azevedo é de que política pública é coisa para o governo, ou seja, quer dizer que a sociedade civil, não é responsável direto nem agente implementador de políticas públicas, o povo, a sociedade faz política.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

São consideradas como políticas públicas educacionais tudo o que um governo faz ou não em prol ou em função da Educação (OLIVEIRA, 2010). Para tanto, tais políticas abrangem um conjunto de elementos complexos, pois nelas estão contidos os interesses e conflitos das classes sociais distintas e por meio delas se organiza a sustentação do

movimento entre ideias sociais diferentes: o acolhimento, as reivindicações e a formulação de leis que respondam às demandas, o que constitui a atividade política (CHIARO, 2007).

A Constituição Federal de 1988 dispôs sobre a Educação elevando-a a categoria de princípio e de importância para o desenvolvimento da sociedade brasileira, indicando, como objetivo primordial, a plena capacitação da pessoa, quanto ao seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CACOAL, 2010a).

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE CACOAL

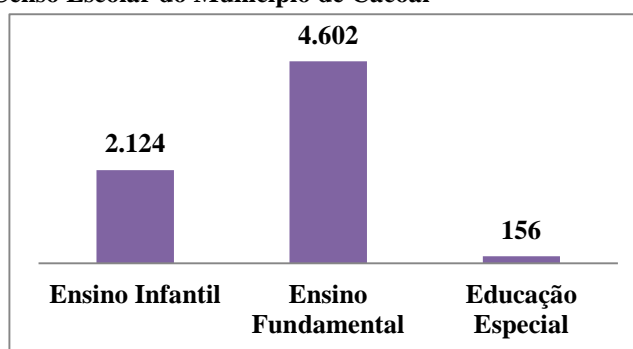
O Município de Cacoal surgiu com a implantação do Projeto Integrado de Colonização PIC Ji-Paraná, em 1972, e foi elevado à categoria de município no dia 11 de outubro de 1977, e sua instalação ocorreu no dia 26 de novembro do mesmo ano, atualmente é considerada a quarta maior cidade do Estado de Rondônia (CACOAL, 2014).

Por ser um dos municípios mais prósperos e importantes do Estado de Rondônia, sua consistente economia está em plena expansão, se sobressaindo como grande produtor agropecuário. Tem sua história vinculada à expansão agrícola nacional proveniente da convergência de fluxos migratórios para o Estado de Rondônia (CMC, 2014).

Com a área de unidade territorial de 3.792.801 km² e densidade demográfica 20,72 hab/km², o Município de Cacoal atende uma população estimada de 85.863 habitantes (IBGE, 2010).

Conforme a Coordenadoria Regional de Educação, Cacoal possui 25 escolas da rede municipal, sendo 14 de localização urbana e 11 na zona rural, como pode ser observado no quadro 01 (Apêndice A), sendo que as políticas públicas voltadas para a manutenção da atividade de Ensino Infantil e Fundamental são elaboradas visando atender o censo escolar das 25 escolas. É o que se observa na figura abaixo:

Figura 01: Resultado final do Censo Escolar do Município de Cacoal



Fonte: Instituto nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), 2013

A Figura 01 apresenta o quantitativo de alunos matriculados em escolas públicas do Município de Cacoal no ano de 2013, uma vez que para a formulação das políticas públicas e execução dos programas na área da Educação municipal são utilizadas as informações do último Censo Escolar (levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo INEP como referência para a formulação das políticas públicas e execução dos programas na área da educação) (INEP, 2011).

O Município de Cacoal adotou como políticas públicas voltadas para a Educação 05 (cinco) programas por meio de 22 (vinte e duas) ações visando a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. A portaria nº 42/1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, definiu esses programas como instrumentos da organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; SILVA, 2013).

Os autores ainda afirmam que um programa é implementado por meio da execução das ações que o compõem e, necessariamente, devem concorrer para o alcance do objetivo do programa. Esses programas adotados pelo Município de Cacoal, previstos no PPA 2010-2013 utilizados para atender a Educação municipal estão classificados em duas tipologias: Programas Finalísticos e Programas de apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.

O Programa Atenção a Pessoa Portadora de Necessidades Especiais e o Programa de apoio e Modernização do Serviço Administrativo são classificados como programas de apoio às políticas Públicas Especiais, ou seja, trata-se de programas voltados para a oferta de serviços ao Estado, para a gestão de políticas e para o apoio administrativo (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; SILVA 2013).

Já os programas: Escola para Todos; Alimentação Saudável; e Caminho para a Escola, são classificados como programas finalísticos, pois se referem a programas por meio dos quais são ofertados bens e serviços diretamente à sociedade, por meio dos quais são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; SILVA, 2013).

Apresenta-se no Anexo A, a relação dos programas e ações previstas no PPA 2010-2013 do Município de Cacoal de acordo com sua classificação.

2.4.1 Os instrumentos de planejamento governamental.

Segundo Brasil (2012), os instrumentos de planejamento municipal são o Plano Diretor, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento.

No que refere aos municípios brasileiros, o sistema orçamentário é composto pelo PPA (Plano Plurianual), pela LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e pela LOA (Lei Orçamentária Anual) conforme instituído pela Constituição Federal de 1988, para a União, e pelas Leis Orgânicas para os municípios (BRASIL, 1988).

O Plano Plurianual é instrumento no monitoramento de políticas públicas, pois nele estão estabelecidos os objetivos e metas claras, capazes de expressar o efetivo resultado obtido com o recurso investido no decurso do ano (RAULI, 2007). Nele consta os projetos e programas de longa duração, definindo objetivos e metas da ação pública para um período de quatro anos iniciando sua vigência no segundo ano de mandato e terminando no primeiro ano do mandato seguinte (BRASIL, 2012).

A consistência econômico-financeira do PPA reside na compatibilidade das metas estabelecidas com os recursos efetivamente disponibilizados para cumpri-las (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; SILVA, 2013). Ainda conforme o mesmo autor, no caso dos municípios e estados, as transferências de recursos dos governos federal e/ou estadual são relevantes e devem ser consideradas na previsão, assim como os convênios já estabelecidos ou que estejam em vias de serem celebrados.

Enquanto a LDO indica as metas e prioridades da administração pública do ano corrente para orientar a elaboração dos orçamentos sintonizados com as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidos no PPA (BRASIL, 2011).

Com o PPA e a LDO em mãos, é então elaborada a mais importante peça orçamentária: a LOA, na qual se especifica discriminadamente cada despesa a ser executada no ano seguinte, ou seja, para cada ação definida no PPA e na LDO há um detalhamento acerca do gasto a ser realizado (COSTA, 2010).

Após a aprovação, o PPA é reformulado anualmente por meio da segunda peça orçamentária, que é a LDO, a qual, em termos práticos, representa uma ramificação das ações do PPA para um ano financeiro, ou seja, a LDO trás as metas e prioridades da gestão pública para o próximo exercício financeiro e servirá de base para a elaboração da lei orçamentária e sobre as alterações tributárias (COSTA, 2010).

A LOA visa concretizar os objetivos e metas propostas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO (BRASIL, 2012).

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos desta pesquisa ela se classifica como exploratória e descritiva, definindo o problema com maior exatidão. Este estudo descreveu as principais características e objetivos dos programas voltados para a manutenção e desenvolvimento do ensino do Município de Cacoal-RO, obteve informações sobre a implementação das políticas públicas educacionais, possibilitando maior afinidade com o problema estudado.

Para atingir os objetivos específicos, foi desenvolvida uma pesquisa com abordagem qualitativa, para compreender as características das políticas públicas existentes no PPA que contribuem para o desenvolvimento do Ensino, e os dados foram coletados (tanto as informações documentais como a aplicação do roteiro de entrevista) no período de 03 (três) meses.

A coleta de dados iniciou-se no dia 16 (dezesesseis) de maio de 2014, a partir da primeira visita junto prefeitura municipal de Cacoal para requerer a disponibilização de documentos oficiais necessários à análise, seguido por mais 05 (cinco) visitas à Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN) a fim de alcançar o objetivo da pesquisa, encerrando-se no dia 05 de agosto de 2014.

Foi utilizado para a realização desta pesquisa, o estudo de caso na prefeitura do município de Cacoal, visando obter informações sobre a implementação das políticas públicas a partir da análise do PPA, LDO, e LOA do Município do quadriênio de 2010 a 2013, quanto sua elaboração na perspectiva da Educação.

Foi aplicado um roteiro de entrevista direcionado ao Secretário de Planejamento orçamentário, com a finalidade exclusiva de interpretação das informações contidas nos documentos, e algumas abordagens quanto aos métodos utilizados pelos gestores para a elaboração do PPA e LDO.

Considerando as informações introdutórias acerca das políticas públicas educacionais no município de Cacoal, são apresentados os resultados obtidos a partir da análise documental realizada no Plano Plurianual- PPA, que compreende o quadriênio de 2010-2013, LDO, LOA, Relatórios trimestrais de 2010, 2011 e 2012.

Os dados da análise foram organizados conforme os programas e respectivas ações, visando o confronto dos orçamentos previstos pelo PPA (2010-2013), priorizados anualmente pela LDO e disponibilizados pelo Município na LOA.

Os dados foram coletados a partir da análise documental e colocados em quadros e gráficos para facilitar o entendimento das informações.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Nesta seção será apresentada uma análise, com discussão dos dados, por meio dos Programas e Ações voltadas para Educação no Município de Cacoal, a partir do Planejamento do PPA, LDO e LOA, resultante de comparativos entre esses instrumentos orçamentários pertencentes ao quadriênio 2010-2013.

Após o levantamento das necessidades públicas junto à comunidade, por meio de reuniões realizadas nas regionais, estas foram transformadas em programas e ações atendendo ao art. 3º, da IN nº 09/TCER/2003, sendo 05 (cinco) programas e 22 (vinte e duas) ações voltados para o atendimento educacional do Município (CACOAL, 2010a; CACOAL 2010b, 2011a, 2012a, 2013a; CACOAL, 2010c, 2011b, 2012b, 2013b).

4.1 PROGRAMA ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS

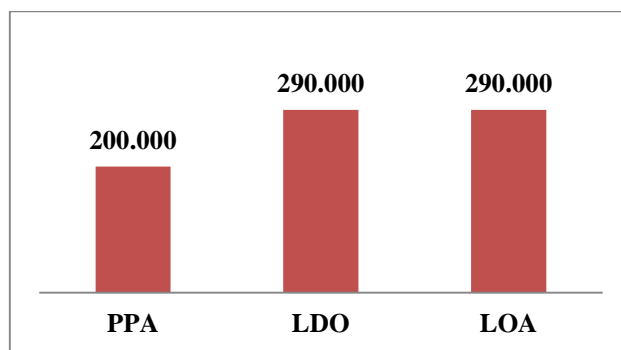
Tem por objetivo prestar assistência às pessoas portadoras de deficiência em situação de vulnerabilidade social, assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas portadoras de necessidades especiais, visando sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do município (CACOAL, 2010a).

Com o objetivo de incentivar, implantar e desenvolver projetos e ações voltadas para pessoas portadoras de necessidades especiais, a ação 9.1 (Programa Pessoa Portadora de Deficiência) (ANEXO A), pertence a esse programa, e, de acordo com o PPA, o Fundo Municipal de Ações Social (FMAS) é quem recebe os recursos para a execução dessa ação, assim, a ação 9.1 não será objeto da pesquisa, pois o objetivo do estudo é somente a aplicabilidade das verbas voltadas para a Educação do Município de Cacoal (CACOAL, 2010).

A ação 9.2 (desenvolvimento da atividade da educação especial) (ANEXO A), visa assegurar os direitos dos alunos portadores de deficiência, esta ação adotou metas físicas com base em convênios firmados, visando atender a um convênio por ano, a partir de recursos do próprio município sem a intervenção da União. Conforme analisados nos instrumentos de planejamento do Município de Cacoal, observou-se que nos anos 2010 e 2011, os recursos disponibilizados para esta ação foi executado pela SEMED, e com referência aos anos 2012 e 2013, o FUNDEB passou a ser a unidade executora.

Com base nos valores do PPA, LDO e LOA do Município para o quadriênio (2010-2013), apresentados no quadro 02 (APENDICE B) observa-se um comparativo na Figura 02 do orçamento que fora previsto no PPA e disponibilizado pela LOA com base na LDO do Município de Cacoal.

Figura 02: comparativo do orçamento previsto e o executado do programa Atenção a Pessoa Portadora de necessidades especiais



Fonte: Cacoal 2010a; 2010b; 2011a; 2012a 2013a; 2010c; 2011b; 2012b; 2013b

Observou-se na Figura 02, que os recursos disponibilizados na LOA a partir da LDO para a ação do programa Atenção a Pessoa Portadora de Necessidades Especiais teve um aumento de 45% em relação ao previsto no PPA.

O que segundo Albuquerque, Medeiros, Silva (2013), as metas estabelecidas pelo Município não estão compatíveis com os recursos disponibilizados para realizá-las, pois a consistência econômico-financeira do PPA reside na compatibilidade das metas estabelecidas com os recursos efetivamente disponibilizados para cumpri-las (ALBUQUERQUE, MEDEIROS, SILVA 2013)

De acordo com os instrumentos analisados, os recursos serão disponibilizados para a execução da ação 9.2 (desenvolvimento da Atividade da Educação Especial) (ANEXO A), que compreende afirmar convênio com o CERNIC para subsidiar os alunos do ensino especial. O CERNIC é uma organização civil, filantrópica, sem fins lucrativos cujo objetivo é o atendimento qualificado a crianças e adolescentes com deficiência (CACOAL, 2010d).

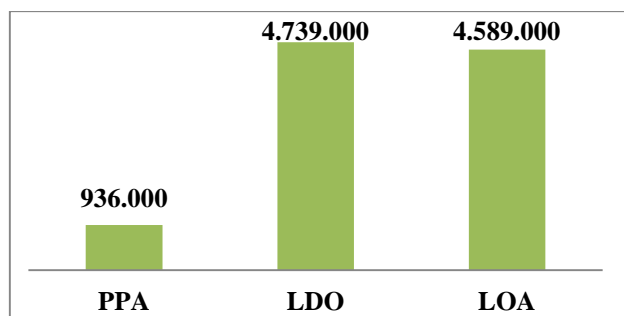
Conforme o relatório Cacoal (2013c), a aplicabilidade dos recursos voltados para o programa Atenção a Pessoa Portadora de Necessidades Especiais com base no programa de trabalho estabelecido pelo PPA (2010-2013), foi atingida a meta ao firmar convênio com o Centro de reabilitação Neurológica de Cacoal – CERNIC.

4.2 PROGRAMA DE APOIO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Tem como objetivo manter a estrutura administrativa no que se refere às despesas de custeio e outras necessárias ao bom funcionamento da mesma, propiciando a estruturação física e mobiliária, objetivando a dinamização dos trabalhos (CACOAL, 2010a).

Com base nos valores do PPA, LDO e LOA do Município para o quadriênio (2010-2013), apresentados no quadro 03 (APENDICE C), observa-se um comparativo no Figura 03 do orçamento que fora previsto no PPA e disponibilizado pela LOA com base na LDO do Município de Cacoal.

Figura 03: Comparativo do orçamento previsto e o executado do programa Apoio e Modernização do serviço Administrativo



Fonte: Cacoal 2010a; 2010b; 2011a; 2012a; 2013a; 2010c; 2011b; 2012b; 2013b

Observou-se na Figura 03, que os recursos disponibilizados na LOA a partir da LDO para a ação do programa Atenção à Pessoa Portadora de Necessidades Especiais teve um aumento significativo em relação ao previsto no PPA.

Tamanha diferença decorreu da implementação da ação 2.64 (Pagamento Pessoal e Encargos sociais–Administrativos) (ANEXO A), no ano de 2012 visando dar suporte finalístico à SEMED e oportunizar a garantia de direitos trabalhistas dos servidores (PPA, 2014).

Com base no Orçamento disponibilizado, conforme apresentado na LOA do Município, foi direcionado para a execução da ação 2.64 (ANEXO A), o valor de R\$ 3.101.000,00 e R\$ 1.488.000,00 para a ação 2.29 (ANEXO A) totalizando R\$4.589.000,00.

Conforme Cacoal (2013c), os recursos do programa de Apoio e Modernização do serviço Administrativo foram devidamente aplicados e contribuiu para a melhoria na qualidade de ensino e o bom andamento da Secretaria Municipal de Educação, cumprindo com o previsto pelo PPA.

4.3 PROGRAMA ESCOLA PARA TODOS

Tem como objetivo desenvolver ações de acompanhamento das políticas de educação que garantam a melhoria e qualidade de ensino, consolidando a participação do Sistema Municipal de Ensino na universalização do atendimento à população da faixa etária de 0 a 14 anos, e promover a correção das diferenças do fluxo escolar por meio de classes de aceleração da aprendizagem e fomentar as políticas de valorização dos profissionais atuantes na educação (CACOAL, 2010a).

Conforme o Relatório Quadrimestral do Município a ação 17.1 (Desenvolvimento da Atividade de Aprendizado Especial Educação Infantil) (ANEXO A) visa garantir o acesso das crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos, por meio do atendimento as creches municipais em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMAST) com recursos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

A ação 17.2 (Pagamento de Pessoal e Encargo Social - Ensino Infantil) (ANEXO A) tem como objetivo o pagamento de pessoal de servidores ativos no âmbito do Poder Executivo, bem como, despesas de pessoal decorrentes de reestruturação, vantagens pessoais, concursos e revisão geral da remuneração dos servidores civis referente ao ensino infantil (CACOAL, 2010a).

Com o objetivo de assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito de aluno matriculado no ensino fundamental, a ação 17.3 (Desenvolvimento Atividade Aprendizado do Ensino Fundamental) (ANEXO A), tem como objetivo atender os alunos por meio de atividades (CACOAL, 2010a).

Com o mesmo objetivo da ação 17.2 a ação 17.4 (Pagamento Pessoal Enc. Social - Ensino Fundamental) (ANEXO A), por sua vez visa remunerar os profissionais voltados para a atividade do Ensino Fundamental. Já a ação 17.5 (Ações de Informática) (ANEXO A), tem como objetivo a manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento. O objetivo da ação 17.6 (Dinheiro Direto na Escola) (ANEXO A), é garantir de forma complementar que as unidades escolares recebam recursos diretamente do Governo Federal pelo SEMED (CACOAL, 2010a).

O objetivo da ação 17.7 (Manutenção do Conselho Municipal de Educação) (ANEXO A), é manter a estrutura do conselho. A ação 17.8 (Construção e Ampliação de Escolas/Creches – Convenio) (ANEXO A), tem o objetivo de construir, ampliar e adequar as unidades escolares obedecendo aos padrões básicos de infraestrutura para o Ensino

Fundamental e Infantil. Para este quadriênio a ação teve como programa de trabalho executar convênio para construção de creche do bairro Village do Sol, conforme aprovado pelo ministério (CACOAL, 2010a).

Conforme o PPA (2010-2013) do Município as ações anteriores à ação 17.8 (ANEXO A), são executadas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e a partir da ação 17.9 (ANEXO A), quem executa é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB) (CACOAL, 2010a).

A ação 17.9 Desenvolvimento Atividades do FUNDEB (ANEXO A), tem como objetivo assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito de aluno matriculado no ensino fundamental (CACOAL, 2010a).

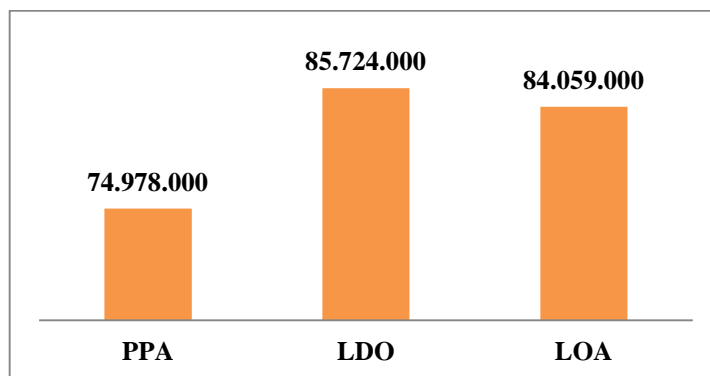
Referente às ações 17.10 (Pagamento de Pessoal e Encargos Social - Ensino Fundamental – FUNDEB) (ANEXO A), e 17.11 (Pagamento Pessoal e Enc. Social do Ensino Infantil – FUNDEB) (ANEXO A), têm como objetivo o pagamento de pessoal de servidores ativos no âmbito do Poder Executivo, bem como, concursos e revisão geral da remuneração dos servidores civis (CACOAL, 2010a).

A ação 17.12 (Desenvolvimento da Educação Infantil – FUNDEB) (ANEXO A), assim como a ação 17.1 (ANEXO A), visa garantir o acesso das crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos em parceria com a Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAST), o atendimento às creches municipais (CACOAL, 2010a)

E por fim, a ação 17.13 (Construção e Ampliação de Unidades Escolares – FUNDEB) (ANEXO A), objetiva construir, ampliar e adequar às unidades escolares (PPA, 2010). Ainda conforme o PPA, 4% do orçamento do ano de 2010 e 2011, desta ação tem como programa de trabalho a reforma e ampliação da Escola Josino Brito.

No ano de 2013, foi implementada a ação 17.14 (Programa de Valorização de Escolas Municipais de Cacoal – PROVENC) (ANEXO A). Segundo Cacoal (2013b), esta ação tem por programa de trabalho dar apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino nas unidades escolares urbanas e rurais da rede pública, proporcionando maior agilidade na operacionalização de suas atividades e atender (26) vinte e seis unidades representativas das escolas e centros de Educação Infantil da Zona Rural.

Com base nos valores do PPA, LDO e LOA do Município para o quadriênio (2010-2013), apresentados no quadro 04 (APÊNDICE D), observa-se um comparativo na Figura 04 do orçamento que fora previsto no PPA e disponibilizado pela LOA com base na LDO do Município de Cacoal.

Figura 04: comparativo do orçamento previsto e o executado do programa Escola para Todos

Fonte: Cacoal 2010a; 2010b; 2011a; 2012a; 2013a; 2010c; 2011b; 2012b; 2013b

Observou-se na Figura 04 que os recursos disponibilizados na LOA a partir da LDO para a ação do programa Escola para Todos, assim como os outros programas, teve um aumento significativo em relação ao previsto no PPA. Houve um aumento do orçamento do PPA para a LOA no valor de R\$10.470.000,00, isso sem incluir o PROVENC, já que teve início somente no ano de 2013, ou seja, não estava previsto no PPA.

Essa situação acusa um possível desvinculo na elaboração do planejamento do Município, isto é, segundo Costa (2010) a LOA deve ser elaborada em consonância com o estabelecido no PPA e na LDO. O que indica que o PPA e a LDO deve estar em sintonia para obter bons resultados na elaboração da LOA.

Ressalta-se que o fato do valor previsto em PPA estar inferior a real disponibilidade de recursos do Município indica que não esta havendo compatibilidade das metas estabelecidas com os recursos efetivamente disponibilizados para cumpri-las.

Conforme Cacoal (2013c), quanto ao programa Escola para Todos apresentou a necessidade de adequar à estrutura física das escolas para poder atender a demanda de alunos, especialmente a Educação infantil por ser de responsabilidade total do Município, no que tange a alimentação oferecida na escola atendeu a todas as necessidades dos alunos por ser bem diversificadas.

Foram desenvolvidos projetos que proporcionaram atividades diferenciadas, nos quais os alunos tiveram contato com processos de aprendizagem concretos, dando maior significado aos conteúdos ministrados, oferecendo-lhes a oportunidade de confrontar os conhecimentos adquiridos no decorrer do processo com fatos ligados à sua realidade (CACOAL, 2013c). Houve um avanço no atendimento educacional especializado (AEE) que vem refletindo no comportamento e no aprendizado dos alunos matriculados, mas conforme os relatórios, os

pais não estão colaborando, pois não levam os alunos agendados aos exames neurológicos, fonoaudiológicos, e outros.

Quanto à aplicação dos recursos, segundo o relatório quadrimestral, atendeu plenamente os objetivos, em virtude dos esforços quanto à capacitação técnica, por meio de acompanhamentos e contínuo atendimento às escolas beneficiadas pelas unidades executoras assim como as formações foram satisfatórias uma vez que foi possível verificar a aplicação das orientações nas escolas.

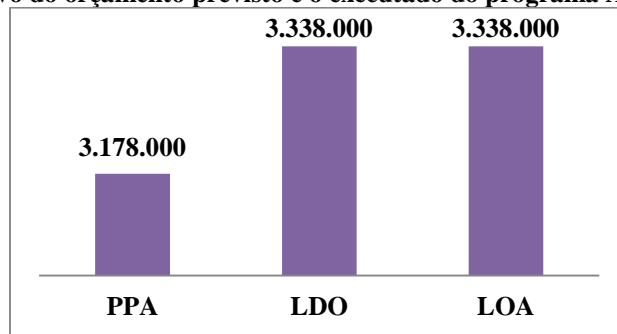
4.4 PROGRAMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

O programa Alimentação Saudável foi implementado com o objetivo de atender as necessidades nutritivas dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes (CACOAL, 2010a).

A elaboração do PPA teve como base 02 (dois) indicadores, sendo a redução de 15% a.a., da repetência escolar e a redução de 15% a.a., da evasão escolar (CACOAL, 2010a). Assim, o programa conta com a ação 18.1 - Alimentação Escolar –FNDE (ANEXO A), para garantir o fornecimento de merenda escolar nas unidades de ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental a partir da SEMED como a unidade executora desta ação (CACOAL, 2010a).

A distribuição das refeições para os alunos da rede municipal de educação tem como origem de recursos distribuições da União, sendo as despesas de natureza corrente. Isso com base legal na Constituição Federal de 1988, Lei de diretrizes e Bases da educação nº 9.394/96, Lei nº 11.947/09 e MP 455/09.

Com base nos valores do PPA, LDO e LOA do Município para o quadriênio (2010-2013), apresentados no quadro 05 (APENDICE E), observa-se um comparativo na Figura 05 do orçamento que fora previsto no PPA e disponibilizado pela LOA com base na LDO do Município de Cacoal:

Figura 05: comparativo do orçamento previsto e o executado do programa Alimentação Saudável

Fonte: Cacoal 2010a; 2010b; 2011a; 2012a; 2013a; 2010c; 2011b; 2012b; 2013b

Observou-se na Figura 05, que a LOA atendeu todas as metas e prioridades, destinando os recursos exatamente conforme a LDO propusera. Em comparação com o orçamento antes previsto em PPA, observa-se uma alteração de R\$ 160.000,00 de acréscimo na despesa com o programa Alimentação Saudável.

A ação Alimentação Escolar – FNDE, teve como programa de trabalho em parceria com o Governo Federal garantir alimentação da rede municipal, distribuir a merenda escolar, proporcionar visitas técnicas de nutricionista nas escolas, avaliação antropométrica dos alunos, elaborar programa de educação nutricional nas escolas, aquisição de gêneros alimentícios para confecção da alimentação escolar e projeto de compra de produtos direto do agricultor familiar (CACOAL, 2010a).

Em virtude da desistência na participação de alguns agricultores no ato da licitação e também atrasos na entrega por alguns agricultores à meta inicial não foi totalmente atingida, portanto, adquiriram 28,8% do total dos recursos enviados pelo FNDE, diretamente da agricultura familiar (CACOAL, 2013c).

Os alunos foram avaliados pelos professores de educação física e estagiários do curso de Técnico em Nutrição, no entanto, a meta não foi atingida totalmente, em virtude do encerramento do estágio dos alunos no Centro Educacional Infantil Marechal Rondon (CACOAL, 2013c).

Foi elaborado o Projeto de Valorização Profissional da Merendeira no qual a ação inicial é a elaboração do livro de receitas com preparações que elas desenvolvem nas escolas e que têm boa aceitação. Posteriormente o projeto tem como objetivo realizar uma investigação da saúde desses manipuladores e traçar ações para melhorar a qualidade da execução de seus trabalhos (CACOAL, 2013c).

4.5 PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA

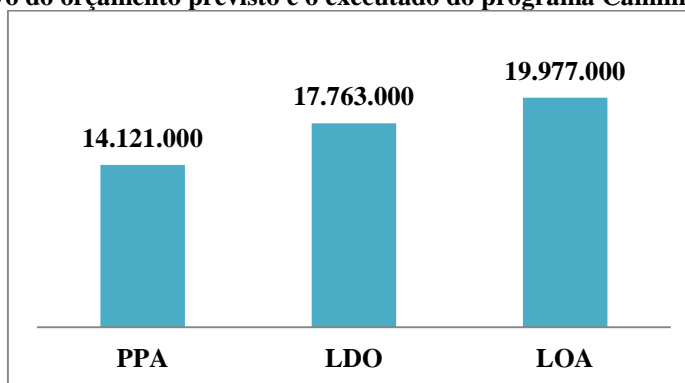
Esse programa complementa o programa “Escola para Todos”, por meio da oferta do transporte escolar gratuito, visando garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da rede municipal de ensino Infantil e fundamental público residentes em área rural que utilizam esse tipo de transporte (CACOAL, 2010a).

A ação 19.1 (Atendimento ao Transporte Escolar – SEMED) (ANEXO A) trabalha com parceria com o Município, isto é, as despesas com esta ação provêm de recursos do município, tem a finalidade de promover e fortalecer a gestão escolar, assegurando a implementação de forma contínua e eficaz, através da política de transporte escolar, cuja meta é o deslocamento do aluno da zona rural para a zona urbana, visando democratizar o acesso as oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano (CACOAL, 2010a).

As ações 19.2 (Atendimento ao Transporte Escolar – Salário Educação) (ANEXO A), 19.3 (Atendimento ao Transporte Escolar – FNDE) e 19.5 (Atendimento ao Transporte Escolar – FUNDEB) (ANEXO A), tem a finalidade de contribuir para a qualidade de ensino, cuja finalidade é a melhoria da infraestrutura instrumental necessária ao aprendizado por meio da política de transporte escolar, que leva o aluno da zona rural para a zona urbana, democratizando o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano.

A diferença está na parceria e no órgão executor, a ação 19.2 (ANEXO A), trabalha em parceria com a União e é executada pela SEMED, a ação 19.3, trabalha em parceria com o Estado e assim como a ação 19.2 (ANEXO A), é executada pela SEMED, já a ação 19.5 (ANEXO A), trabalha em parceria com o município e é executada pelo FUNDEB (CACOAL, 2010a).

Com base nos valores do PPA, LDO e LOA do Município para o quadriênio (2010-2013), apresentados no quadro 06 (APENDICE F), observa-se um comparativo na Figura 06 do orçamento que fora previsto no PPA e disponibilizado pela LOA com base na LDO do Município de Cacoal.

Figura 06: comparativo do orçamento previsto e o executado do programa Caminho da Escola

Fonte: Cacoal 2010a; 2010b; 2011a; 2012a; 2013a; 2010c; 2011b; 2012b; 2013b

Observou-se na Figura 06 que os recursos disponibilizados na LOA a partir da LDO para a ação do programa Caminho da Escola teve um aumento significativo em relação ao orçamento previsto no PPA.

As ações 19.1 (Atendimento ao Transporte Escolar) e 19.3 (Atendimento ao Transporte Escolar – FNDE) (ANEXO A) foram implementadas no ano de 2010 e mantidas nos anos seguintes.

Os recursos disponibilizados serão utilizados atendendo ao previsto em PPA e LDO, assim a ação 19.5 (Atendimento ao Transporte Escolar – FUNDEB) (ANEXO A) utilizou parte dos recursos para aquisição de ônibus escolar para atender aos objetivos de garantir o transporte escolar dos alunos da rede municipal que se deslocam da zona rural a zona urbana.

O atendimento do Programa Caminho da Escola é realizado por meio do Convênio firmado entre o Governo do Estado e o Município de Cacoal, para garantir o deslocamento dos estudantes da zona rural da rede estadual. Assim o número de alunos atendidos sofre pequena variação dado que há rotatividade de alunos (CACOAL, 2013c).

Como pode ser observado nos comparativos apresentados quanto aos programas voltados para a Educação, em todos os programas se obteve uma diferença do previsto pelo PPA entre as metas consideradas prioridades na LDO e o disponibilizado pela LOA.

Para Albuquerque, Medeiros, Silva (2013), a consistência econômico-financeira do PPA provém da compatibilidade das metas estabelecidas com os recursos efetivamente disponibilizados para cumpri-las.

Com base na definição de Albuquerque, Medeiros, Silva (2013) o Município de Cacoal tem recursos acima do que esta sendo considerado pelos gestores na previsão das metas, o que resulta numa “inconsistência econômico-financeira” do Município.

No entanto na entrevista, essa incompatibilidade foi justificada devido à revisão do PPA que ocorre anualmente, assim quando vai ser elaborada a LDO, os secretários se reúnem a fim de analisar o PPA e determinarem se as metas permanecerão as mesmas ou se haverá a necessidade de alteração.

Com base nessa revisão elaboram a LDO com as prioridades a serem atendidas, que quase sempre sofre alteração quanto às metas antes estabelecidas pelo PPA. Explicam que essa frequência ocorre devido às calamidades naturais que não são previstas pelo PPA, e quando ocorre, o Município adota como prioridade para a destinação de recursos por se tratar de sua responsabilidade.

Ainda com base nos resultados obtidos da entrevista, a população tem participação na elaboração do PPA. No entanto, quando convidada pelo município, a população que mais participa são os moradores dos bairros mais carentes, como por exemplo, os bairros São Marcos, Vista Alegre, Multirão e outros, enquanto que a população dos bairros mais próximos ao centro da cidade raramente frequentam as reuniões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar as políticas públicas adotadas pelo Município de Cacoal-RO, que visam à aplicabilidade dos recursos voltados para a Educação, conforme consta no PPA do Quadriênio 2010-2013. Para alcançá-lo foram apresentados os programas e ações constadas no PPA, LDO e LOA, com suas principais características e objetivos, as quais estavam voltadas para a Educação. Esses instrumentos de planejamento do Município de Cacoal foram considerados peças fundamentais para a análise dos dados.

O presente estudo identificou no PPA que as políticas públicas voltadas para a Educação no período de 2010-2013, do Município de Cacoal são por meio de 05 (cinco) programas com os planos para o quadriênio. Identificou que foram 22 (vinte e duas) ações (ANEXO A), adotadas para implementação dos recursos voltados para a Educação.

Assim, com base na análise realizada, observou-se que a maioria dos recursos disponibilizados para as políticas públicas do Município de Cacoal, foram destinadas para as ações voltadas ao pagamento de salários dos servidores públicos responsáveis por atividades voltadas à Educação.

Observou ainda que os recursos voltados para a Educação não foram aplicados em conformidade com o PPA. Pois as verbas disponibilizadas para a execução das ações dos

programas estão acima do previsto. Assim, foi constatado que os gestores públicos não estão considerando na elaboração das metas do PPA a totalidade dos recursos que o Município de Cacoal tem disponível para cumpri-las.

O PPA sendo uma peça tão importante de planejamento a médio prazo para o Município necessita de maior preocupação por parte dos gestores no desenvolvimento econômico, propiciando melhores condições de vida para a população, por meio da qualidade na Educação.

Contudo, mesmo com as destinações acima do previsto no PPA para atender as metas estabelecidas, observou-se que o Município de Cacoal não a atingiu completamente, pois segundo consta nos relatórios trimestrais do Município de Cacoal, o programa alimentação saudável, não obteve sucesso, quanto ao cumprimento do que lhe haverá estabelecido.

Isso devido aos atrasos nas entregas dos produtos pelos agricultores e o não comparecimento ao ato de licitação, impediu que a aquisição de alimentos fossem todas diretas do agricultor familiar e os alunos foram avaliados pelos professores de educação física e estagiários do curso de Técnico em Nutrição, no entanto a meta não foi atingida totalmente, em virtude do encerramento do estágio dos alunos no Centro Educacional Infantil Marechal Rondon.

É importante que a gestão pública invista na Educação para o desenvolvimento econômico e social do Município de Cacoal, adotando métodos de elaboração de planejamento dos orçamentários mais eficientes quanto às necessidades da população, considerando todos os recursos a serem disponibilizados para financiá-los.

Dessa forma, com a educação fortalecida, haverá uma população mais participante das políticas públicas, mais consciente de seu papel, e assim se ampliará e melhorará a distribuição de renda, melhorando também a qualidade de vida do indivíduo e da coletividade, reduzindo a violência, a pobreza e outros males que afetam a sociedade moderna.

A pesquisa aponta a importância de novos estudos com maior aprofundamento sobre as políticas públicas municipais quanto da aplicabilidade dos recursos nas Escolas locais. Ressaltando as reais dificuldades enfrentadas pelas redes escolares quanto às disponibilidades dos recursos conforme o constado nos documentos oficiais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. **Gestão das Finanças Públicas: Fundamentos e Práticas de Planejamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal**. 3. ed. Brasília: 2013.

ALVES, Bruna Molisani Ferreira. Infâncias e educação infantil: aspectos históricos, legais e pedagógicos. **Revista Aleph infâncias**. N° 16. Nov 2011.

AZEVEDO, Sergio de. **Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. UENF: Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <http://observatoriodasmegacidades.net/download/miolo_livro_curso_baixada.pdf> acesso em: 06 jun. 2014.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 04 mar. 2014.

_____. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em :<<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11685479/artigo-69-da-lei-n-9394-de-21-de-setembro-de-1999>> Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. Ministério da Educação (MEC). **História da Educação**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 24 jul. 2014

_____. Ministério da Educação (MEC). **Gestão da Educação Escolar**. Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância. Brasília: 2006

_____. Ministério da Educação de Brasil (OEI). **Financiamento da educação**. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/brasil/financiamiento.pdf>> Acesso em: 25 jul. 2014.

_____. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPIE) . **Orientações para elaboração do Plano Plurianual 2012-2015**. Brasília: MP, 2011. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/Orientacoes_para_Elaboracao_do_PPA_2012-2015.pdf> Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. Secretaria de Planejamento do Tesouro Nacional (STN). **Manual de demonstrativos fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. 5. ed. Brasília: 2012.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas**. 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/hebl4.htm>> Acesso em: 22 jul. 2014

CACOAL. Prefeitura Municipal de Cacoal (PMC). **História do Município**. Disponível em <<http://www.cacoal.ro.gov.br/>> Acesso em: 01 jul. 2014.

_____. Prefeitura Municipal de Cacoal. **Plano Plurianual (2010-2013)**. Cacoal, 2010 a.

_____. Prefeitura Municipal de Cacoal. **Lei de Diretrizes Orçamentárias**. Cacoal, 2010 b.

_____. Prefeitura Municipal de Cacoal. **Lei de Diretrizes Orçamentárias**. Cacoal, 2011a .

_____. Prefeitura Municipal de Cacoal. **Lei de Diretrizes Orçamentárias**. Cacoal, 2012 a.

_____. Prefeitura Municipal de Cacoal. **Lei de Diretrizes Orçamentárias**. Cacoal, 2013 a.

_____. Prefeitura Municipal de Cacoal. **Lei Orçamentária Anual**. Cacoal, 2010 c.

_____. Prefeitura Municipal de Cacoal. **Lei Orçamentária Anual**. Cacoal, 2011 b.

_____. Prefeitura Municipal de Cacoal. **Lei Orçamentária Anual**. Cacoal, 2012 b.

_____. Prefeitura Municipal de Cacoal. **Lei Orçamentária Anual**. Cacoal, 2013 b.

_____. Prefeitura Municipal de Cacoal. **Relatório de Desempenho da prefeitura de Cacoal**. 1. Quadrimestre, 2010 d.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN). **Relatório de Desempenho da prefeitura de Cacoal**. 3. Quadrimestre, 2013 c.

CAMARA MUNICIPAL DE CACOAL (CMC). **História da cidade**. Disponível em <<http://177.22.105.12/portal/portal-da-transparencia-em-construcao>> Acesso em: 09 jun. 2014.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Revista Educação e Sociedade**, n. 108, p. 673-697, out. 2009.

CHIARO, Luigi. **Políticas Públicas Educacionais**: Uma análise sobre o conceito de cidadania em textos escolares após a promulgação de Constituição Federal de 1988. 208p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, 2007. Disponível em <http://tede.utp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=166> Acesso em: 07 jun. 2014

COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (CRE). **Escolas dos Municípios**. Disponível em <<http://www.rencacoal.com.br/escolas/96-escolas-rede-municipal-cacoal>> Acesso em: 01 jul. 2014.

COSTA, Antônio Faustino da. A importância dos instrumentos de planejamento orçamentário público: do Município de Jaciara-MT para a população na gestão 2009, 2010 e 2011. **Revista científica de ciências sociais aplicadas da Eduvale**, Jaciara, MT, n. 05 out. 2010. Disponível em: <<http://www.eduvalesl.edu.br/site/edicao/edicao-14.pdf>> Acesso em: 04 jun. 2014.

CUNHA, Luiz Antônio, O desenvolvimento Meandroso da Educação Brasileira entre o estado e o mercado. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas n° 100. Especial out. 2007.

DUARTE, Clarice Seixas. A Educação como um direito fundamental de natureza social. **Revista Educação e Sociedade** n. 100 Especial p. 691-713. Out. 2007.

FELDMANN, Marina Graziela; ALVES, Leonir Pessate. Escola brasileira: reflexões, contradições e conflitos. **Revista Unicsul**. N° 12. jun. 2005

FLACH, Simone de Fatima. Direito a Educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: entre a previsão legal e a realidade. **Revista Histedbr online**, n. 43 p. 285-303. Set. 2011.

FRANÇA, Magna. **Política de Financiamento do Ensino Fundamental e a Descentralização Financeira : os desafios da Educação pública**. 2004. Disponível em: <www.ufpi.br> Acesso em: 24 jul. 2014

GARCES, Ariel, SILVEIRA, José Paulo. Gestão pública orientada para resultados na Brasil. **Revista do Serviço Público**, Paris, n° 4, jun. 2002

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**.2010 Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=110004>>Acesso em: 09 jun. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS (INEP). **Censo escolar**.2013 Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>Acesso em: 05 jul. 2014.

MASCARELLO, Debora Cristina. **História da Educação: Os cursos profissionalizantes do colégio Polivalente**. Cascavel, 2006. Disponível em <http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/monografias/turmas1_e_2/monografia_Debora.pdf> Acesso em: 07 jul. 2014.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: Conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Goiás: PUC, 2010. Disponível em <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2014.

RAULI, Fabiano de Castro. **Monitoramento das políticas públicas de Curitiba: Uma avaliação crítica sob a ótica dos indicadores de desenvolvimento sustentável**. 183p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento), faculdade UNIFAE, Centro Universitário Franciscano. Curitiba, 2007.

SANTOS JR, Orlando Alves dos. **Democracia e Governo local: dilemas da reforma municipal do Brasil**. 253p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, 2003.

APÊNDICE A – ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CACOAL.

Quadro 01: Escolas da Rede Municipal de Ensino de Cacoal

NOME DAS ESCOLAS	LOCAL
Centro de Educação Infantil Balão Mágico	Urbana
Centro de Educação Infantil Josino Brito	Urbana
Centro de Educação Infantil Leãozinho	Urbana
Centro de Educação Infantil Marechal Rondon	Urbana
Centro de Educação Infantil Teresinha Geneci de Oliveira	Urbana
EMEF Maria Socorro Viana de Almeida	Urbana
EMEIEF Ângela Maria da Mata Perdoncini	Urbana
EMEIEF Anita Garibaldi	Rural
EMEIEF Claudio Manoel da Costa	Rural
EMEIEF Cruzeiro do Norte	Rural
EMEIEF Dr Joao de Deus Simplicio	Rural
EMEIEF Jose de Almeida e Silva	Urbana
EMEIEF Jose Mauro de Vasconcelos	Rural
EMEIEF Maria Montessori	Rural
EMEIEF Monteiro Lobato	Rural
EMEIEF Pedro Alvares Cabral	Rural
EMEIEF Pedro Kemper	Urbana
EMEIEF Presidente Medici	Rural
EMEIEF Prof Augustinho Goes de Oliveira	Urbana
EMEIEF Rodolfo Luchtenberg	Urbana
EMEIEF Santos Dumont	Rural
EMEIEF São Francisco de Assis	Rural
EMEIEF Senador Jose Ronaldo Aragão	Urbana
EMEIEF Luiz Lenzi	Urbana
EMEI Ruth Bexiga	Urbana

Fonte: Coordenadoria Regional de Educação (CRE) Cacoal-RO

APENDICE B – PROGRAMA ATENÇÃO A PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Quadro 02: Planejamento orçamentário do Município de Cacoal para o programa Atenção a Pessoa Portadora de Necessidades Especiais

009 PROGRAMA ATENÇÃO A PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS					
Ações	2010	2011	2012	2013	Total
PPA – Plano Plurianual					
9.2	50.000	50.000	50.000	50.000	200.000
Total do PPA para o Programa					200.000
LDO					
Ações	2010	2011	2012	2013	Total
9.2	50.000,00	60.000	100.000	80.000	290.000
Total da LDO para o Programa					290.000
LOA					
Ações	2010	2011	2012	2013	Total
9.2	50.000	60.000	100.000	80.000	290.000
Total da LOA para o Programa					290.000

Fonte: Cacoal 2010a; 2010b; 2011a; 2012a; 2013a; 2010c; 2011b; 2012b; 2013b adaptado pela autora.

APENDICE C - PROGRAMA APOIO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Quadro 03: Planejamento orçamentário do Município de Cacoal para o programa Atenção a Pessoa Portadora de Necessidades Especiais

002 PROGRAMA DE APOIO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO ADMINISTRATIVO					
AÇÕES	2010	2011	2012	2013	TOTAL
PPA – Plano Plurianual					
2.29	123.000	130.000	146.000	537.000	936.000
Total PPA para o Programa 002					936.000
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária					
2.29	117.000	162.000	921.000	438.000	1.638.000
2.64	-	-	1.841.000	1.260.000	3.101.000
Total LDO para o Programa 002					4.739.000
LOA – Lei Orçamentária Anual					
2.29	117.000	162.000	921.000	288.000	1.488.000
2.64	-	-	1.841.000	1.260.000	3.101.000
Total LOA para o Programa 002					4.589.000

Fonte: Cacoal 2010a; 2010b; 2011a; 2012a; 2013a; 2010c; 2011b; 2012b; 2013b adaptado pela autora.

APENDICE D - PROGRAMA ESCOLA PARA TODOS

Quadro 04: Planejamento orçamentário do Município de Cacoal para o programa Escola para Todos

0017 Programa Escola para Todos					
PPA – PLANO PLURIANUAL					
AÇÕES	2010	2011	2012	2013	TOTAL
17.1	11.000	11.000	11.000	11.000	44.000
17.2	851.000	906.000	965.000	1.027.000	3.749.000
17.3	651.000	701.000	753.000	811.000	2.916.000
17.4	2.733.000	2.911.000	3.101.000	3.302.000	12.047.000
17.5	11.000	11.000	11.000	11.000	44.000
17.6	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
17.7	16.000	16.000	16.000	16.000	64.000
17.8	1.100.000	-	-	-	1.100.000
17.9	1.835.000	2.119.000	2.116.000	2.276.000	8.346.000
17.10	7.209.000	7.678.000	8.177.000	8.709.000	31.773.000
17.11	1.711.000	1.822.000	1.940.000	2.066.000	7.539.000
17.12	855.000	903.000	957.000	1.015.000	3.730.000
17.13	960.000	746.000	929.000	987.000	3.622.000
Total PPA para o Programa 0017					74.978.000
LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA					
AÇÕES	2010	2011	2012	2013	TOTAL
17.1	11.000	5.000	12.000	424.000	452.000
17.2	851.000	1.075.000	1.260.000	1.266.000	4.452.000
17.3	633.000	694.000	396.000	1.077.000	2.800.000
17.4	2.733.000	3.319.000	2.079.000	2.572.000	10.703.000
17.5	11.000	-	-	-	11.000
17.6	1.000	1.000	1.000	-	3.000
17.7	40.000	43.000	50.000	39.000	172.000
17.8	1.100.000	617.000	770.000	2.586.000	5.073.000
17.9	1.835.000	1.634.000	2.246.000	947.000	6.662.000
17.10	7.209.000	7.346.000	10.651.000	10.960.000	36.166.000
17.11	1.711.000	2.296.000	3.173.000	4.918.000	12.098.000
17.12	855.000	950.000	1.582.000	829.000	4.216.000
17.13	960.000	600.000	400.000	680.000	2.640.000
17.14	-	-	-	276.000	276.000
Total LDO para o Programa 0017					85.724.000

PROGRAMA 0017 – ESCOLA PARA TODOS					
LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL					
AÇÕES	2010	2011	2012	2013	TOTAL
17.1	11.000	5.000	12.000	185.000	213.000
17.2	851.000	1.075.000	1.260.000	1.266.000	4.452.000
17.3	633.000	694.000	396.000	747.000	2.470.000
17.4	2.733.000	3.319.000	2.079.000	2.572.000	10.703.000
17.5	11.000	-	-	-	11.000
17.6	1.000	1.000	1.000	-	3.000
17.7	40.000	43.000	50.000	39.000	172.000
17.8	1.100.000	617.000	770.000	1.620.000	4.107.000
17.9	1.835.000	1.634.000	2.246.000	947.000	6.662.000
17.10	7.209.000	7.346.000	10.651.000	10.960.000	36.166.000
17.11	1.711.000	2.296.000	3.173.000	4.918.000	12.098.000
17.12	855.000	950.000	1.582.000	829.000	4.216.000
17.13	960.000	600.000	400.000	550.000	2.510.000
17.14	-	-	-	276.000	276.000
Total LOA para o Programa 0017					84.059.000

Fonte: Cacoal 2010a; Cacoal 2010b, 2011a, 2012a, 2013a, Cacoal 2010c, 2011b, 2012b, 2013b adaptado pela autora.

APENDICE E - PROGRAMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Quadro 05: Planejamento orçamentário do Município de Cacoal para o Alimentação Saudável

0018 ProgramaAlimentação Saudável					
PPA – PLANO PLURIANUAL					
AÇÕES	2010	2011	2012	2013	TOTAL
18.1	721.000	768.000	818.000	871.000	3.178.000
Total PPA para o Programa Alimentação Saudável					3.178.000
LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
AÇÕES	2010	2011	2012	2013	TOTAL
18.1	721.000	808.000	876.000	933.000	3.338.000
Total LDO para o Programa Alimentação Saudável					3.338.000
LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL					
AÇÕES	2010	2011	2012	2013	TOTAL
18.1	721.000	808.000	876.000	933.000	3.338.000
Total LOA para o Programa Alimentação Saudável					3.338.000

Fonte: Cacoal 2010a; 2010b; 2011a; 2012a; 2013a; 2010c; 2011b; 2012b; 2013b adaptado pela autora.

APENDICE F - PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA

Quadro 06: Planejamento orçamentário do Município de Cacoal para o programa caminho da escola

0019 Programa Transporte Saudável					
PPA – PLANO PLURIANUAL					
AÇÕES	2010	2011	2012	2013	TOTAL
19.1	15.000	15.000	15.000	15.000	60.000
19.2	338.000	360.000	384.000	409.000	1.491.000
19.3	322.000	343.000	365.000	389.000	1.419.000
19.4	800.000	-	-	-	800.000
19.5	2.297.000	2.566.000	2.744.000	2.744.000	10.351.000
Total PPA para o Programa 0019					14.121.000
LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
AÇÕES	2010	2011	2012	2013	TOTAL
19.1	15.000	4.000	108.000	110.000	237.000
19.2	338.000	480.000	777.000	810.000	2.405.000
19.3	322.000	425.000	462.000	465.000	1.674.000
19.4	800.000	950.000	1.100.000	1.100.000	3.950.000
19.5	2.297.000	2.240.000	2.480.000	2.480.000	9.497.000
Total LDO para o Programa 0019					17.763.000
LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL					
AÇÕES	2010	2011	2012	2013	TOTAL
19.1	15.000	4.000	108.000	1.795.000	1.922.000
19.2	338.000	480.000	777.000	810.000	2.405.000
19.3	721.000	425.000	462.000	465.000	2.073.000
19.4	800.000	950.000	1.100.000	1.100.000	3.950.000
19.5	2.297.000	2.240.000	2.480.000	2.610.000	9.627.000
Total LOA para o Programa 0019					19.977.000

Fonte: Cacoal 2010a; 2010b; 2011a; 2012a; 2013a; 2010c; 2011b; 2012b; 2013b adaptado pela autora.

APÊNDICE G - ROTEIRO DE ENTREVISTA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Roteiro para coleta de dados documental, destinado à Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN).

1. Quais os métodos utilizados para a formulação das políticas públicas?
2. Quanto a LDO, quais os critérios utilizados pelo gestor público na identificação das prioridades visando atender as necessidades da população?
3. Quanto à elaboração do PPA, quem participa das reuniões?
4. A população tem participado das reuniões?
5. Quais métodos utilizados para a divulgação dos locais das reuniões?
6. Conforme análise dos instrumentos de planejamento do Município de Cacoal, dos planos voltados para a Educação, observa-se que o orçamento constado na LDO e LOA para todos os programas analisados, estão superiores ao orçamento previsto no PPA. Porque isso ocorre?
7. Porque a ação 17.5 (Ações de informática) contemplou recursos apenas no ano de 2010 pela LDO e LOA, e nos anos seguintes não houve nenhuma destinação de recursos para esta ação, não cumprindo com o constatado no PPA?

ANEXO A–RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E RESPECTIVAS AÇÕES

PROGRAMA APOIO	
PROGRAMA/AÇÃO	
0009	ATENÇÃO A PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS
0009.2	Desenvolvimento da Atividade da Educação Especial – SEMED
0002	APOIO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO ADMINISTRATIVO
0002.29	Atendimento ao Serviço Administrativo – SEMED
0002.64	Pagamentos Sociais e Encargos Sociais – Administrativo
PROGRAMA FINALÍSTICO	
0017	ESCOLA PARA TODOS
0017.1	Desenvolvimento Ativ Aprendizado Especial Educ Infantil - 25%
0017.2	Pagamento Pessoal EncSo–EnsInfant 25%
0017.3	Desenvolvimento Atividades Aprendizado do EnsFund - 25%
0017.4	Pagamento Pessoal EncSoc-EnsFund 25%
0017.5	Ações Informát - 25%
0017.6	Dinheiro Direto na Escola – Conv
0017.7	Manutenção Conselho Municipal de Educação
0017.8	Construção de Escolas/Creches-Conv
0017.9	Desenvolvimento Atividades do FUNDEB
0017.10	Pagamento Pessoal Encargos Sociais - Ens Fundam – FUNDEB
0017.11	Pagamento Pessoal Encargos Sociais do Ens Infantil – FUNDEB
0017.12	Desenvolvimento da Educação Infantil - FUNDEB 40%
0017.13	Construção e Ampl. de Unid. Escolar – FUNDEB
00017.14	Valorização de Escolas Municipais de Cacoal – PROVENC
0018	ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
0018.1	Alimentação Escolar – FNDE
0019	CAMINHO DA ESCOLA
0019.1	Atendimento Transp. Escolar – 25%
0019.2	Atendimento Transp. Escolar–Sal Educação

0019.3	Atendimento Transp. Escolar – FNDE
0019.4	Atendimento Transp. Escolar – SEDUC
0019.5	Atendimento Transp. Escolar – FUNDEB

Fonte: Cacoal (2010a) do Município